



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS  
SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

**Processo nº** 13609.000975/2005-53

**Recurso nº** 172.167

**Resolução nº** 2202-00.082 – 2<sup>a</sup> Câmara / 2<sup>a</sup> Turma Ordinária

**Data** 27 de julho de 2010

**Assunto** IRPF

**Recorrente** AROLDO JOSÉ ROCHA

**Recorrida** FAZENDA NACIONAL

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por AROLDO JOSÉ ROCHA.

RESOLVEM os Membros da 2<sup>a</sup>. Turma Ordinária da 2<sup>a</sup> Câmara da 2<sup>a</sup> Seção de Julgamento do CARF, por unanimidade de votos, CONVERTER o julgamento em diligência, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

(Assinado digitalmente)

Nelson Mallmann – Presidente

(Assinado digitalmente)

Antonio Lopo Martinez – Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros Maria Lúcia Moniz de Aragão Calomino Astorga, João Carlos Cassulli Júnior, Antonio Lopo Martinez, Gustavo Lian Haddad e Nelson Mallmann (Presidente). Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Pedro Anan Júnior e Helenilson Cunha Pontes.

## RELATÓRIO

Em desfavor do contribuinte, AROLDO JOSÉ ROCHA, foi formalizada a exigência às fls. 49 a 51, relativo ao Imposto de Renda Pessoa Física, exercício 2003, ano-calendário 2002, consubstanciando restituição indevida a devolver no valor de R\$ 7.173,02, acrescida de juros de mora calculados até agosto de 2005.

Por meio do lançamento foram feitas as seguintes alterações: I - dedução de contribuição previdenciária oficial de R\$ 9.198,00 para R\$ 0,00, II - dedução de dependentes de R\$ 2.544,00 para R\$ 0,00, III - dedução de despesas com instrução de R\$ 3.996,00 para R\$ 0,00 e IV - dedução de despesas médicas de R\$ 10.345,68 para R\$ 0,00..

Cientificado em 30/08/2005 (fl. 46), o contribuinte apresenta, em 28/09/2005, impugnação às fls 1, acompanhada dos documentos às fls. 2 a 44, na qual alega, em síntese, que improcede a exigência, conforme comprovam os documentos juntados.

A DRJ-Belo Horizonte ao analisar as razões do contribuinte, julgou o lançamento procedente em parte. A autoridade julgadora entendeu que as guias pagas às fls. 15 a 29, comprovam o direito à dedução de contribuição previdenciária oficial no valor de R\$ 1.749,95.

Insatisfeito, o contribuinte apresenta o recurso voluntário de fls.107, aponta que não dispondo de grandes conhecimentos da legislação tributária concordou em ter transformada a sua declaração para o modelo simplificado. Indica estar indignado pois as despesas médicas são reais.

É o relatório.

**VOTO**

Conselheiro Antonio Lopo Martinez, Relator

O recurso está dotado dos pressupostos legais de admissibilidade devendo, portanto, ser conhecido.

O contribuinte indica que teria alterado o modelo para simplificado. Entretanto conforme se verifica as fls. 52 a 54, o modelo adotado é o de declaração completa.

Na verdade a notificação de lançamento apresentada nos autos parece ser referir a outra declaração pois não são apresentadas deduções. Em suma da análise dos autos constata-se uma aparente contradição entre a fls. 49-verso e a declaração de fls 52-53.

Diante dos fatos, e tendo em vista a documentação acostada, bem como para que não reste qualquer dúvida no julgamento, entendo que o processo ainda não se encontra em condições de ter um julgamento justo, razão pela qual voto no sentido de ser convertido em diligência para que a repartição de origem acoste aos autos todas as Declarações de Ajuste Anual referente ao Exercício de 2002, em sua seqüência, e inclusive FAR, caso disponível.

É o meu voto.

(Assinado digitalmente)

Antonio Lopo Martinez